



CAPÍTULO 9

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO SETOR PÚBLICO DOS BRICS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS ESTRATÉGIAS NACIONAIS PARA A INOVAÇÃO E GOVERNANÇA

Thiago Bergoci

Universidade de São Paulo

Alexandre Castanheira Lucas de Oliveira

Fatec Guarulhos

José Carlos Vaz

Universidade de São Paulo

Regiane de Fátima Bigaran Malta

Universidade de São Paulo

RESUMO: A inteligência artificial (IA) tem sido apontada como tendo alto potencial de transformação do setor público, com impactos regulatórios, éticos e socioeconômicos, que variam entre diferentes contextos nacionais. Esse estudo foca nos blocos estratégicos, em governança multipolar e nas ações multiatores, como o BRICS. Analisa suas Estratégias Nacionais de Inteligência Artificial (ENIAS) de forma comparativa, com ênfase na cooperação entre setor público, indústria e academia. Como resultado observa-se a tensão entre competitividade global e autonomia local, destacando políticas públicas, regulação, capacidades institucionais e ecossistemas de inovação, bem como a importância de uma governança em rede que envolva múltiplos atores para superar entraves como assimetrias de dados, dependência tecnológica e desafios regulatórios culturais. Evidenciam-se também iniciativas de *sandbox* regulatório, mecanismos de responsabilidade algorítmica e esforços de alinhamento com princípios de governança ética. A metodologia combina revisão qualitativa de documentos estratégicos oficiais, como as ENIAS, e artigos de estudiosos que se debruçaram nesse tema. As contribuições evidenciam que a oportunidade para se pavimentar caminhos de inovação que consigam alinhar soberania tecnológica, inclusão social e desenvolvimento institucional.

PALAVRAS-CHAVE: Inteligência Artificial, BRICS, inovação no setor público, governança, soberania tecnológica.

ABSTRACT: Artificial intelligence (AI) has been identified as having significant potential to transform the public sector, with regulatory, ethical, and socioeconomic impacts that vary across national contexts. This study focuses on strategic blocs, multipolar governance, and multi-stakeholder initiatives, such as the BRICS. It analyzes their National Artificial Intelligence Strategies (ENIAS) comparatively, with an emphasis on cooperation between the public sector, industry, and academia. The study highlights the tension between global competitiveness and local autonomy, highlighting public policies, regulation, institutional capabilities, and innovation ecosystems, as well as the importance of networked governance involving multiple actors to overcome obstacles such as data asymmetries, technological dependence, and cultural regulatory challenges. Regulatory sandbox initiatives, algorithmic accountability mechanisms, and efforts to align with ethical governance principles are also highlighted. The methodology combines a qualitative review of official strategic documents, such as the ENIAS, and articles by scholars who have studied this topic. The contributions highlight the opportunity to pave paths for innovation that can align technological sovereignty, social inclusion, and institutional development.

KEYWORDS: Artificial Intelligence, BRICS, innovation in the public sector, governance, technological sovereignty.

1 INTRODUÇÃO

A adoção de tecnologias de inteligência artificial (IA) promete transformação em vários aspectos da atuação dos governos e das empresas, impulsionando a produtividade, e permitindo o surgimento de novas abordagens e oportunidades de processos e negócios. Entretanto, também traz implicações econômicas, políticas e sociais profundas, decorrentes dos impactos da IA e da Transformação Digital, que levantam preocupações acerca do futuro de empresas, governos e sociedade, no âmbito de questões como a governança e regulação dessas tecnologias, PD&I (Pesquisa e Desenvolvimento e Inovação), requalificação da mão de obra, ética e segurança cibernética, entre outros temas (Birkstedt et al., 2023; Zaidan; Ibrahim, 2024).

A resposta a isso exige planejamento, políticas públicas, pesquisas e investimentos, a fim de evitar lacunas ou excessos que propiciem um desequilíbrio nas relações.

Diante desse cenário caótico, de grandes oportunidades e múltiplos desafios, a busca por parcerias que formem blocos visando apoio mútuo de desenvolvimento tecnológico, ampliação de mercado, e superação dos impactos é vista por muitos países como estratégica e vital. Embora o BRICS conte atualmente com 11 nações entre seus membros, esse estudo tem como escopo concentrar-se nos países cujos nomes formam o acrônimo: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. O bloco é

apontado como um ator profundamente relevante no contexto da reconfiguração da ordem mundial. Assim, Arrais Neto et al. (2021) e Guerrero (2022) enfatizam o papel do bloco na busca por uma governança multipolar na contestação de estruturas ocidentais hegemônicas. Afirmam que a cooperação multiatores entre os BRICS, nas estratégias mencionadas acima, é vista como um meio de fortalecer suas posições e promover alternativas lideradas pelo Sul Global. Ainda, Qin, Deng e Hu (2025) ilustram a crescente interconexão econômica e digital entre a China e os demais BRICS.

Esse estudo se esforça em apresentar as oportunidades potenciais de desenvolvimento para Blocos Multiatores, nesse estudo, o BRICS. Contudo, nos mostra os desafios necessários a se superar para que o desenvolvimento seja efetivo, como as diferenças de ordem socioculturais, éticas e estratégicas que têm dificultado temas como a regulação da IA, a mitigação dos impactos socioeconômicos e a cibersegurança, que são temas essenciais para se obter a Soberania Digital, inclusive no que diz respeito à IA. Entende-se Soberania Digital como “a capacidade de um Estado exercer controle autônomo sobre seus dados, infraestruturas e decisões sobre tecnologia da informação” (Silva et al., 2025).

2 OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho é analisar comparativamente as estratégias nacionais de Inteligência Artificial no setor público dos países membros do BRICS, caracterizando suas abordagens para a promoção da inovação, os mecanismos de governança e os fatores que facilitam ou dificultam a adoção e a utilização de soluções a partir de IA nos governos.

Para isso, o artigo adotou como objetivos específicos:

1. Identificar nas Estratégias Nacionais de Inteligência Artificial (ENIA) quais são os princípios éticos centrais e as estruturas regulatórias;
2. Examinar a centralidade da cooperação interorganizacional multiatores (público- privada-acadêmica) na execução das agendas de inovação em IA;
3. Discutir, a partir da lente dos conceitos de soberania digital, as implicações geopolíticas que permeiam as ENIAs no BRICS e como isso impacta a dependência tecnológica.

3 METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa de base documental, com caráter exploratório e descritivo. A estratégia analítica adotada baseia-se na análise de conteúdo, com o exame comparativo das estratégias nacionais de IA a partir de documentos públicos disponíveis, além de trabalhos presentes na literatura, que servem como fonte secundária e recurso de triangulação e complementação de informações. A análise dos dados coletados orientou-se para elucidar as diferentes abordagens governamentais adotadas e a consistência de seus planejamentos. Esta metodologia permite aprofundar o entendimento sobre os fenômenos investigados e descrever as características do objeto de pesquisa.

3.1 Amostra, instrumentos e técnica de análise

A amostra principal de análise documental foi composta pelos documentos estratégicos formais de IA dos países membros do BRICS que possuem tais documentos (com ênfase no Brasil, dada a disponibilidade de análise detalhada nas fontes, como a Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial - EBIA). Esta análise foi complementada por estudos comparativos de países sul-americanos relevantes que adotam a IA, para contextualizar a realidade das economias emergentes. Os documentos analisados são fontes primárias oficiais, artigos científicos e relatórios de análise comparativa e *benchmarking* que contextualizam o BRICS e seus membros (China, Rússia, Índia e África do Sul) em termos de Estratégias Nacionais de Inteligência Artificial (ENIAS), ética e governança.

As categorias de análise incluíram:

- **Definição e Premissas da IA:** Classificando o foco da estratégia (benefícios versus riscos);
- **Inovação e Cooperação:** Tipos de cooperação citados (ex: Multiatores, P&D, sandboxes regulatórios);
- **Governança Ética e legal:** Ações específicas para mitigar vieses algorítmicos, garantir transparência e promover direitos humanos;
- **Soberania e Dependência:** Medidas para fortalecer infraestrutura digital e know-how local.

4 ANÁLISE DAS ENIAS DE PAÍSES DO BRICS

A análise das ENIAS do BRICS revela um esforço institucional para responder à Quarta Revolução Industrial (Oliveira Nonato et al., 2024), mas essa resposta é marcada pela tensão entre competitividade global e a necessidade local de equidade e autonomia.

Filgueiras e Junquilho (2023) explicam que as Estratégias Nacionais compõem o arcabouço documental que dão norte à formulação das políticas públicas e criam perspectivas para solução de problemas. Os avanços nos estudos sobre as políticas de IA apontam que essas estratégias são moldadas a partir dos contextos geopolíticos (Chiarinni; Da Silveira, 2022). Este estudo, no entanto, busca avançar ao detalhar como essa formulação se operacionaliza no setor público do BRICS. A estratégia brasileira (EBIA) e outras ENIAS latino-americanas reconhecem que a complexidade da IA exige um modelo de governança em rede, principalmente em se tratando de um contexto onde a gestão pública se apresenta perante os desafios do século XXI avançando para além dos moldes clássicos de administração pública, marcados por um perfil mais endurecido por hierarquia e burocracia, exigindo, assim, um novo modelo de Governança Pública (Brito; Campagnone, 2021; Osbourne, 2010).

Nesse sentido, comprehende-se que é a institucionalização da Cooperação Interorganizacional Multiatores que produz avanço prático. Osbourne (2010) aponta que o Estado é plural e composto por um cenário onde a prestação do serviço público passa pela atuação interdependente de múltiplos de atores inseridos em um contexto de pluralidade estatal, nesse sentido, a prestação de serviços públicos exige uma abordagem condizente. A EBIA, por exemplo, não apenas incentiva a P&D, mas estabelece em seu texto a colaboração entre setor público, privado e academia como um objetivo estratégico central. A intenção é que isso se materialize em ações como a promoção de *sandboxes* regulatórios, que buscam ser um regulador flexível, capaz de apoiar uma transição ágil da P&D para a operação.

A inovação no setor público, neste contexto, é entendida como a criação de soluções simples e a focalização no fator humano e na construção coletiva, em vez da mera aplicação intensiva de tecnologia (Olivieri; Martinelli; Teles, 2021).

4.1 O Contexto dos BRICS e a Dependência

Alguns autores analisam o BRICS como uma instituição internacional ou um agrupamento de países emergentes com crescente poder econômico e político, mas que ainda enfrentam desafios comuns, como a dependência de know-how técnico-científico de economias de mercado desenvolvidas e a falta de estruturas autossustentáveis, além de serem, em alguns casos, apontados como países cujas instituições formais ainda são mais frágeis (Fedato; Pires; Trez, 2017; Guerrero, 2022).

Chiarini e Da Silveira (2022) revelam que as estratégias de IA no BRICS representam um esforço em transformar o Estado e alinhar a agenda de desenvolvimento a um campo dominado por arranjos de governança privada. Sendo assim, o cerne da discussão crítica está na tensão entre a aspiração por inovação impulsionada por colaboração e os desafios de construir uma governança robusta em um contexto de dependência estrutural. Nesse sentido, De Oliveira Nonato et al. (2024) oferecem uma valiosa contribuição ao identificar os tipos de cooperação possíveis entre os entes públicos e privados, conforme tabela 1:

Cod.	Tipo de Cooperação	Conceito	Campo	Atores
Tipo 1	Internacional	Cooperação entre nações ou com organismos multilaterais	Estado/Políticas Públicas	Países, organismos multilaterais
Tipo 2	Setor Público	Cooperação entre entes estatais, poderes, entidades e órgãos públicos	Estado/Políticas Públicas	Agências governamentais, governos locais, outros níveis governamentais
Tipo 3	Setor Privado	Cooperação entre organizações do mercado, do setor privado, com finalidade lucrativa	Produção/Circulação	Empresas privadas, agentes econômicos, startups
Tipo 4	Acadêmico-científica	Cooperação entre a comunidade pesquisadores e acadêmicos	Pesquisa e Desenvolvimento	Pesquisadores, cientistas, acadêmicos, professores, alunos, universidades, centros de pesquisa
Tipo 5	Multiatores	Cooperação entre múltiplos atores e setores como as Parcerias público-privadas, Público-sociedade civil, Público-científica, entre outras.	Ecossistema de inovação: Campo Estado/Políticas Públicas, Campo Produção/Circulação, Campo Pesquisa e Desenvolvimento, Campo Movimentos Sociais	Cooperação com/entre os vários atores citados nos tipos anteriores.

Tabela 1 – Tipos de Cooperação

Fonte: Oliveira Nonato et al. (2024)

A identificação da cooperação multiatores (Tipo 5) como pilar das estratégias do BRICS atesta a compreensão de que a inovação em IA depende da sinergia de conhecimentos entre o Estado (como integrador), a academia (PD&I) e o setor privado (empresas, startups). Esta abordagem colaborativa é essencial para o estabelecimento de ecossistemas inovadores eficientes e está previsto na Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA) quando prevê em suas ações estratégicas a provisão de uma estrutura de governança que integre público e privado no sentido de fomentar o avanço das indústrias inteligentes de TI, aos moldes da Câmara Brasileira de Indústria 4.0, além de incentivar a criação de novas Startups brasileiras por intermédio dessas parcerias (Brasil, 2021).

De acordo com estudo realizado por Chiarini e Da Silveira (2022), tratando da avaliação comparativa entre ENIAs de países Sul Americanos, a formulação de políticas públicas deve partir de diagnósticos sólidos de problemas, subsidiados por dados e indicadores. A falta de evidências concretas ou de dados insuficientes para qualificar os problemas reais, como observado nas estratégias de Brasil, Argentina, Chile e Colômbia (em comparação com a Coreia do Sul, por exemplo), sugere que as ações estratégicas podem ser baseadas mais em soluções e instrumentos disponíveis ou na retórica vazia de valores abstratos, do que em necessidades locais rigorosamente identificadas (Chiarini; Da Silveira, 2022; Wilson, 2022).

A busca em torno da construção de uma IA “centrada no ser humano” indica um esforço comum entre as nações para estabelecer um arcabouço normativo para a governança de IA. A adoção dos princípios da OCDE (2019), também reforça este movimento. São eles: crescimento inclusivo, valores centrados no ser humano, equidade, transparência, segurança e responsabilização. Essa afirmação é corroborada pelas estratégias do Brasil (EBIA), Comissão Europeia (2021) e pelo estudo publicado pelo ENAP (2022). No entanto, Rocha, Domingos e Jerônimo (2024), afirmam que a perspectiva crítica pós-moderna da tecnologia sugere que a IA está enraizada em valores e interesses sociais, e o controle da tecnologia envolve uma relação de poder.

A Teoria da Dependência, resgatada em sua leitura geopolítica, explica a dinâmica estrutural onde as nações do BRICS, ao negligenciarem uma agenda forte de soberania da IA, submetem-se à lógica de extração de dados, reforçando o ciclo de acumulação primitiva de dados, como afirma Khauaja (2024). Dados obtidos pelo Observatório de Inteligência Artificial (OBIA) apontam, entre outras coisas, que os motivos principais do crescimento tímido da apropriação das ferramentas de IA pelo Estado no Brasil se deve à falta de capacitação de pessoas e a não priorização dessa agenda, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Indicadores de Inteligência Artificial no Brasil



Fonte: CGI.br; NIC.br (2025)

O BRICS, embora se posicione como força emergente, corre o risco de internalizar um sistema de produção de IA que reproduz relações exploratórias entre o Norte e o Sul Global. Para inverter essa dinâmica, as estratégias não podem apenas focar nos aspectos utilitaristas da tecnologia, mas devem adotar perspectivas críticas que reconheçam o poder social adquirido pela IA (Arraial Neto; Bezerra; Pustilnik, 2021; Khauaja, 2024).

Esse panorama comparativo é melhor explicado na tabela 2:

Tabela 2 – Comparação das Estratégias de Inteligência Artificial dos Membros do BRICS

País	Mitigação de Vieses Algorítmicos / Ética e Confiança	Infraestrutura Digital Local / Descentralizada
Brasil (2021)	Prioriza o alinhamento com a LGPD e os princípios da OCDE. Foca na qualidade dos dados para evitar a criação ou o reforço de preconceitos. Promove a revisão de decisões automatizadas	Foca no acesso a dados abertos e na melhoria da qualidade dos dados. Estimula o empreendedorismo e a criação de <i>sandboxes</i> regulatórios para testagem (supervisão inovadora)
Rússia (2019)	Princípios centrais são Segurança e Transparência. Exige a inteligibilidade (capacidade de interpretar) dos algoritmos e acesso não-discriminatório à informação. Necessidade de <i>datasets</i> representativos para buscar soluções imparciais	Prioriza a Soberania Tecnológica através do uso predominante de tecnologias domésticas. Foco no aumento da disponibilidade de dados e na criação de plataformas públicas para armazenamento de <i>datasets</i> diversos (médicos, voz, industriais)
Índia (2018)	Centrada no conceito <i>#AIforAll</i> , visando o crescimento inclusivo e social. Aborda explicitamente os desafios de violações de privacidade e viés de seleção de dados. Promove a criação de Conselhos de Ética	Propõe o <i>Marketplace Nacional de IA</i> (NAIM), modularizado em Dados, Anotação e Modelos, para democratizar o acesso a dados. Necessidade de criar grandes <i>datasets</i> anotados específicos para o contexto indiano
China (2017)	Máxima prioridade na Segurança, Confiabilidade e Controlabilidade da IA. Estabelece marcos legais e éticos claros. Exige rastreabilidade e responsabilidade (<i>accountability</i>) no design e aplicação de algoritmos	Busca a liderança mundial e a integração profunda da IA com infraestruturas (econômicas, sociais). Promove o 5G, IoT e o desenvolvimento de chips de computação de alta eficiência (ex: inspirados no cérebro). Foca na criação de plataformas de código aberto para sinergia <i>software-hardware</i>
África do Sul (2020)	Prioriza o desenvolvimento de uma estratégia nacional integrada para a Quarta Revolução Industrial (4IR), com foco no crescimento inclusivo para combater o desemprego, a pobreza e a desigualdade. Enfatiza a inclusão (mulheres, jovens, PMEs) na resposta nacional	Necessidade de desenvolver infraestrutura de comunicação eficiente e um plano nacional para a 4IR. Prioriza a participação de PMEs (SMMEs) e a localização do design e produção de tecnologias

Fonte: Fonte: os autores. (2025)

Ao se analisar os dados coletados e apresentados no quadro acima, observa-se que as estratégias de IA dos países do BRICS revelam um duplo desafio comum: como desenvolver a tecnologia de forma ética e como construir a infraestrutura para sustentá-la. Na questão ética, há um consenso sobre a necessidade de combater vieses algorítmicos e garantir a transparência. No entanto, os motivos por trás disso divergem. Brasil, Índia e África do Sul priorizam a inclusão social e o combate a desigualdades, alinhando a ética a um projeto de desenvolvimento interno. Já Rússia e China enfatizam a segurança, o controle e a confiabilidade dos sistemas, tratando a governança de IA como uma questão de soberania e estabilidade nacional.

Com relação à infraestrutura, a China adota uma estratégia de ponta, visando a liderança global através do domínio de setores fundamentais como chips, 5G e plataformas de código aberto. Seu modelo é integrado e de larga escala. Em um

caminho diferente, Rússia e Índia focam na autossuficiência, criando marketplaces e repositórios nacionais de dados para reduzir a dependência externa e adaptar a IA ao seu contexto local. Por fim, Brasil e África do Sul concentram-se mais em fomentar um ecossistema interno de inovação, com políticas para estimular startups, PMEs e um ambiente regulatório experimental, visando acima de tudo o desenvolvimento de sua base econômica digital.

Pode-se concluir que as diferenças nas ENIAs refletem as diferenças entre os países em termos de inserção no contexto internacional, disputas geopolíticas em que estão envolvidos e soberania tecnológica. Também reflete o potencial tecnológico já existente em outros campos, além da IA, o que evidencia que o contexto nacional é importante para a definição das ENIAs e que a trajetória de domínio de tecnologias críticas parece influenciar nos desenhos destas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema da Inteligência Artificial no setor público dos BRICS é um campo de disputa fundamental, que envolve a batalha pela hegemonia social e política e a definição de um projeto de sociedade. As ENIAs do BRICS demonstram uma clara ambição de usar a IA como alavanca para o desenvolvimento, mas são atravessadas pela tensão entre a busca por competitividade global e a necessidade local de equidade e autonomia. A prioridade em fomentar ecossistemas de excelência e confiança, através de parcerias multiatores, é o caminho apontado para impulsionar a inovação.

Em paralelo, o estudo aponta que há uma meta comum no sentido de estabelecer um arcabouço normativo que balize as implicações éticas, políticas e sociais da IA. As ENIAs do BRICS buscam alinhar-se aos princípios da OCDE (2019), focando em valores centrados no ser humano, equidade, transparência e responsabilização, na tentativa de mitigar vieses algorítmicos e garantir a qualidade dos dados. Contudo, os abismos socioculturais e econômicos, além das diferenças éticas e estratégicas entre os membros, são fatores que permanecem dificultando a regulação e a mitigação dos impactos socioeconômicos.

A análise aponta que, embora o BRICS atue como contestador das estruturas hegemônicas ocidentais e busque uma governança multipolar, o bloco enfrenta a dependência de know-how técnico-científico de economias de mercado desenvolvidas. Esta dependência estrutural é o cerne da discussão sobre governança. A Teoria da Dependência resgata o alerta de que, ao negligenciarem uma agenda forte de soberania da IA, esses países ficam expostos à lógica de extração de dados, reforçando ciclos exploratórios.

Dada a natureza exploratória e os limites de sua realização, o presente artigo não cobriu toda a complexidade das ENIAs. Novas análises, incluindo a utilização de novas fontes de informação, podem cobrir eventuais lacunas.

Apesar destas limitações, o trabalho abre perspectivas para aprofundamentos futuros. A partir dos elementos aqui apresentados, pode-se desenvolver um modelo analítico mais abrangente para compreensão e avaliação das ENIAs, inclusive permitindo comparações com países de outros blocos econômicos.

Estudos de caso aprofundados sobre cada um dos países também podem se beneficiar desses desenvolvimentos e, ao mesmo tempo, identificar novos elementos de análise e comparação.

Dado o fato de que as ENIAs são relativamente recentes, a literatura ainda não oferece avaliações com maior fôlego. A partir deste trabalho, pode-se também desenvolver um framework de avaliação de resultados e impactos das ENIAs em um horizonte temporal mais longo.

Por fim, a implementação das ENIAs pode também ser analisada pela lente das capacidades estatais. Compreender a novas capacidades demandadas dos governos para a implementação dessas estratégias e os processos que facilitam ou dificultam a mobilização dessas capacidades pode ser muito útil para a compreensão dos seus limites e possibilidades e auxiliar o aperfeiçoamento das ENIAs.

REFERÊNCIAS

ÁFRICA DO SUL. **Presidential Commission on the Fourth Industrial Revolution (PC4IR) Report**: A Summary. Pretoria: The Presidency, 2020. Disponível em: https://www.gov.za/sites/default/files/gcis_document/202010/pc4ir-report-a-summary.pdf. Acesso em: 24 set. 2025.

ARRAIS NETO, Enéas; BEZERRA, Tânia Serra Azul Machado; PUSTILNIK, Marcelo Vieira. Transformações econômicas, políticas e sociais na América do Sul e a educação como espaço de definição hegemônica. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 37, 2021. DOI: 10.1590/0102-4698233354. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/DnH8cxysz7Y6nyy3rJJDfqD/?lang=pt>. Acesso em: 26 set. 2025.

BIRKSTEDT, Teemu et al. AI governance: themes, knowledge gaps and future agendas. **Internet Research**, v. 33, n. 7, p. 133-169, 2023. DOI: 10.1108/INTR-01-2022-0042. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/INTR-01-2022-0042/full/html>. Acesso em: 7 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. *Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA)*: documento de referência. Brasília: MCTI, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/transformacaodigital/aarquivosinteligenciaartificial/ebia-documento_referencia_4-979_2021.pdf. Acesso em: 24 jun; 2025.

BRITO, Eder dos Santos; CAMPAGNONE, Marcos Camargo. Regiões metropolitanas e consórcios intermunicipais – esferas regionais em prol das questões locais. In: CARNEIRO, José Mario Brasiliense; GIOSA, Lívio Antônio; LEMOS, Murilo Lemos de (org). **Gestão municipal no Brasil: modernização, cooperação e humanização**. São Paulo: Oficina Municipal, 2021. p. 92-114.

CHIARINI, Túlio; Da SILVEIRA, Sergio Amadeu. **Exame comparativo das estratégias nacionais de inteligência artificial de Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e Coreia do Sul**: consistência do diagnóstico dos problemas-chave identificados. Rio de Janeiro: Ipea, 2022. (Texto para Discussão, n. 2805).

CHINA. The State Council. **A New Generation Artificial Intelligence Development Plan**. Beijing: The State Council of the People's Republic of China, 2017. Disponível em: <https://digichina.stanford.edu/work/translation-chinas-new-generation-artificial-intelligence-development-plan-2017/>. Acesso em 24 set. 2025.

COMISSÃO EUROPEIA. **Fomentar uma abordagem europeia da inteligência artificial**. Anexo da Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões. Bruxelas, 2021. Disponível em: https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:01ff45fa-a375-11eb-9585-01aa75ed71a1.0014.02/DOC_1&format=PDF. Acesso em 25 set. 2025.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL (CGI.br); NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR (NIC.br). **Indicadores**. São Paulo: CGI.br; NIC.br, 2025. Disponível em: <https://obia.nic.br/s/indicadores>. Acesso em: 26 set. 2025.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (Enap). **Regulação da Inteligência Artificial**: benchmarking de países selecionados. Brasília, DF: Enap, 2022. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/7419>. Acesso em: 25 set. 2025.

FEDATO, G. A. de L.; PIRES, V. M.; TREZ, G. The Future of Research in Strategy Implementation in the BRICS Context. **Brazilian Business Review**, [S. l.], v. 14, n. 3, p. 288–303, 2017. DOI: 10.15728/bbr.2017.14.3.2. Disponível em: <https://bbronline.com.br/index.php/bbr/article/view/40>. Acesso em: 18 set. 2025.

FILGUEIRAS, Fernando.; JUNQUILHO, Tainá Aguiar. The Brazilian (Non) perspective on national strategy for artificial intelligence. **Discover Artificial Intelligence**, v. 3, n. 7, 2023. DOI: 10.1007/s44163-023-00052-w.

GUERRERO, M. G. A neoinstitutionalist proposal to study the BRICS. **Contexto Internacional**, v. 44, n. 2, 2022. DOI: 10.1590/50102-8529.20224402e20200120. Disponível em: SciELO Brasil - A Neoinstitutionalist Proposal to Study the BRICS A Neoinstitutionalist Proposal to Study the BRICS. Acesso em: 23 set. 2025.

INDIA. NITI Aayog. **National Strategy for Artificial Intelligence**. New Delhi: NITI Aayog, 2018. Disponível em: <https://niti.gov.in/sites/default/files/2023-08/National-Strategy-for-AI-pdf>. Acesso em 24 set. 2025.

KHAUJA, P. O. Dependência e Soberania nas Tecnologias de Inteligência Artificial: uma análise a partir dos conceitos de acumulação primitiva de dados e Data Processing Inequality. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, dez. 2024. DOI: 10.18617/liinc.v2012.7316. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/7316>. Acesso em: 26 set. 2025.

OLIVEIRA NONATO, Saulo de; DA SILVA DE SOUZA FIGUEIREDO, Shalon; ANDRE DE MELO ALVES, Carlos; NOGUEIRA DIAS, Cleidson. Cooperação interorganizacional em planos estratégicos de inteligência artificial: uma análise comparativa. **Future Studies Research Journal**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 01-29, 2024. DOI: 10.24023/FutureJournal/2175-5825/2024.v16i1.838. Disponível em <https://future.emnuvens.com.br/FSRJ/article/view/838>. Acesso em 26 set. 2025.

OLIVIERI, Cecilia; MARTINELLI, Bruno; TELES, Raphaela. Soluções colaborativas para problemas públicos: contribuições do ciclo de políticas públicas e da inovação. In: CARNEIRO, J. M. B.; GIOSA, L. A.; LEMOS, M. L. de (org.). **Gestão municipal no Brasil: modernização, cooperação e humanização**. São Paulo: Oficina Municipal, 2021. p. 135- 153.

ORGANIZATIONFOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. *Artificial Intelligence in society*. Paris: OECD Publishing, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/eedfee77-en>. Acesso em 26 jun. 2025.

OSBORNE, S. P. (org.). **The new public governance?**: emerging perspectives on the theory and practice of public governance. London: Routledge, 2010.

QIN, Shuang; DENG, Hongbing; HU, Shengmei. Digital Development and China-BRICS trade: Role of institutional distance. **Finance Research Letters**, v. 73, 2025. DOI: 10.1016/j.frl.2024.106636. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2666378325000261>. Acesso em 18 set. 2025.

ROCHA, Luiza Cristina Jordão Braga Vilaça da; DOMINGOS, Wendell de Moura; JERONIMO, Taciana de Barros. A construção social da tecnologia a partir de uma leitura pós-moderna no contexto organizacional. Gestão.Org – **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, Recife, v. 22, p. 1-14, 2024. DOI: 10.51359/1679-1827.2024.263227. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/gestaoorg/article/view/263227>. Acesso em: 4 out. 2025.

RÚSSIA. National Strategy for the Development of Artificial Intelligence for the period up to 2030. [S. l.: s. n.], 2019. Disponível em: <https://cset.georgetown.edu/wp-content/uploads/Decree-of-the-President-of-the-Russian-Federation-on-the-Development-of-Artificial-Intelligence-in-the-Russian-Federation-.pdf>. Acesso em: 24 set. 2025.

SILVA, E. C. de M., ROCHA, I., VAZ, J. C., VENEZIANI, J. R. de A., & MODANEZ, C. de C. (2025). Entre licenças bilionárias e nuvens internacionais: um mapeamento sistemático de contratos do setor público brasileiro com fornecedores internacionais de tecnologias. *InterAção*, 16(4), e93697. <https://doi.org/10.5902/2357797593697>.

ZAIDAN, Esmat; IBRAHIM, Imad Antoine. AI Governance in a Complex and Rapidly Changing Regulatory Landscape: A Global Perspective. *Humanities & Social Sciences Communications*, v. 11, 2024. DOI: 10.1057/s41599-024-03560-x. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41599-024-03560-x>. Acesso em: 6 out. 2025.

“Os conteúdos expressos no trabalho, bem como sua revisão ortográfica e adequação às normas ABNT são de inteira responsabilidade dos autores.»